

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: SHEYLAZARTH PRESCILIANA RIBEIRO

TÍTULO: PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS PESQUISAS EM JUVENTUDE

AUTORES: SHEYLAZARTH PRESCILIANA RIBEIRO, SHEYLAZARTH PRESCILIANA RIBEIRO, EDUARDO MARTINS FERRAZ

PALAVRA CHAVE: JUVENTUDES; PELC PRONASCI; POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER.

RESUMO

Este estudo surge do diálogo entre formadores e agentes de uma experiência do PELC - Programa Esporte e Lazer da Cidade em uma parceria com a Prefeitura de Recife no ano de 2011. Os agentes atuantes no convênio apresentaram interesse em entender como seria possível construir metodologias de trabalho com o lazer que interessasse ao público de jovens de 14 a 24. Segundo a fala dos agentes, muitos jovens não "conseguiram" se relacionar com as propostas sistematizadas pelo Estado, ou seja, tinham dificuldades em participar das políticas públicas de esporte e lazer. Dessa forma, iniciamos uma pesquisa sobre o processo histórico de construção de políticas públicas para a juventude e olhares possíveis para a participação desse público em programas sociais de lazer. A metodologia utilizada foi a revisão literária tomando como temas política pública para a juventude e PELC. Para o levantamento de dados com os agentes participantes do convênio, utilizamos um debate em grupo registrando as ideias trazidas.

Ao longo da história brasileira, a atenção dispensada à juventude pobre variou segundo interesses políticos, econômicos e sociais. Hoje, resguardada por legislações específicas, consonantes com convenções internacionais, esta parcela da população (independente da classe social de origem) é reconhecida como sujeito de direitos. Como resultado de importantes lutas dos movimentos sociais em defesa da infância, adolescência e juventude, as questões relativas a situações de pobreza e abandono não podem mais ser tratadas como "casos de polícia" tal qual aconteceu em outras épocas. Tais demandas precisam ser tomadas como questões sociais e, portanto, suas soluções devem partir do conjunto da sociedade e do Estado, passado pela implementação de políticas sociais e reformas socioeconômicas que garantam seus direitos são duramente conquistados.

O agravamento das situações de pobreza e o aumento dos índices de criminalidade e violência colocam, de modo especial, os sujeitos de 15 a 24 anos das camadas populares na agenda política, gera novas demandas e tendências para o seu atendimento e novas perspectivas de abordagens teórico-metodológicas do tema da juventude. Um número bastante significativo de pesquisas recentes vem procurando dar visibilidade às diferentes formas de socialização e sociabilidade vivenciadas pelos jovens pobres brasileiros. Desse modo, não é mais possível empreender estudos sobre a população juvenil pobre apenas em termos de precariedade econômica ou imagens negativas que são tão comumente dirigidas a esse segmento social.

Como possibilidade de rompimento com essa ideia de "precariedade econômica ou imagens negativas", dados da literatura mostram que os "excluídos" não são indivíduos passivos diante da situação em que se encontram, e que é através do conflito (nem sempre explícito) é possível reivindicar um outro lugar na sociedade. Essas reações reivindicatórias dos jovens não ocorrem fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas fazem parte de tais sistemas ainda que os negando.

Com base nesses dados, em que os jovens são sujeitos ativos em uma sociedade que por vezes os nega, podemos repensar o modo como o termo exclusão tem sido amplamente usado por formuladores e implementadores de políticas públicas. De maneira geral, a exclusão deixa de ser concebida como expressão de contradição no desenvolvimento da sociedade capitalista para ser vista como um estado, uma coisa fixa, como se fosse uma fixação irremediável e fatal. Este modo de conceber os processos excludentes ignora que em seu interior há também a interpretação crítica e a reação da vítima, isto é, a sua participação transformativa no próprio interior da sociedade que exclui.

O autor chama a atenção para fato de que, se por um lado a demora no processo de inclusão tem levado os sujeitos excluídos a buscarem formas inclusivas de certo modo degradantes, por outro lado é possível detectar também que estão sendo criadas saídas alternativas. Os sujeitos, ao reagirem contra essas formas degradadas e degradantes, apostam em ações coletivas capazes de reconstruir suas condições sociais. Neste contexto, programas como o PELC se apresentam como propostas que buscam promover processos de inclusão social, na medida em que procuram articular as experiências dos sujeitos com vivências coletivas no âmbito da cultura, do trabalho, do lazer e tantas outras dimensões da formação humana.

Durante muito tempo, a concepção de lazer que dominou os programas executados pelo poder público ou por organizações não-governamentais voltadas ao atendimento dos jovens excluídos foi a de que o lazer é oposto ao trabalho. Sendo assim, os jovens não seriam atraídos para esses programas tendo como apelo o lazer em si, mas por uma atividade tida como "produtiva" ou "educativa". Em alguns programas sociais, os jovens são mobilizados para participar de cursos semiprofissionalizantes, por exemplo, que lhes tomam uma boa parte do dia, e o lazer lhes é oferecido como uma compensação por terem trabalhando seriamente, ou seja, como uma forma de premiar o bom comportamento do jovem no curso.

Ao analisar brevemente os levantamentos dos agentes percebemos que os agentes levam em consideração o poder contestador do jovem. Ao levantar elementos que o colocam na centralidade da ação, os agentes demonstram que a juventude é exigente. Um exemplo é que eles, os jovens, exigem "mestres" que conheçam as práticas que serão ofertadas e o agente deve ter um bom relacionamento com a comunidade.